RECONHECIMENTO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS

Marcela Moura Castro¹
Marcelo Arantes de Castro²
Marluce Bárbara de Moura e Castro³

RESUMO

O artigo analisou a união homoafetiva e os benefícios previdenciários. A família é uma entidade em constante evolução, modificando sua estrutura em decorrência das alterações sociais, culturais, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade. O modelo de família atual é bastante amplo, não sendo mais constituído somente pelos laços do casamento, mas sim por vínculos de afetos entre seus membros. Deste modo, o objetivo do presente trabalho é demonstrar a lacuna e a omissão do legislador na Constituição de 1988 para enquadrar a união homoafetiva na nova realidade da família, examinando também os aspectos constitucionais que permitem tal enquadramento. Ademais, são apresentadas posturas doutrinárias e jurisprudenciais que buscam concluir de que não há motivo para deixar de qualificar as uniões homoafetivas como entidades familiares, merecedoras de proteção estatal e equiparadas as heterossexuais no direito previdenciário. Para o desenvolvimento deste artigo estudou-se inicialmente o instituto da união estável e principalmente foi demonstrado principais aspectos acerca da união estável homoafetiva, e no último capítulo analisou-se a união homoafetiva e os benefícios previdenciários - considerando que a união homoafetiva, devido a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277, foi equiparada à união estável. Encerra-se o trabalho com as considerações finais, destacando alguns pontos conclusivos como: no Brasil, diversos direitos estão sendo garantidos aos membros das uniões homoafetivas, sendo que o Direito Previdenciário, atende à sua missão constitucional ao incluir entre os beneficiários e dependentes os membros destas uniões, em conformidade com o princípio da dignidade da pessoa humana e os valores da ordem constitucional, concedendo-lhes os mesmos direitos que os demais segurados e dependentes da Previdência Social.

Palavras-Chave: União Estável. Homossexualidade. União Estável Homoafetiva. Benefícios Previdenciários.

¹Advogada. Email: castroadv.marcela@gmail.com

²Advogado. Email: castro6@gmail.com

³Advogada. Email: m5245@hotmail.com

ABSTRACT

The article analyzed the homoafetive union and the social security benefits. The family is an entity in constant evolution, changing its structure due to the social, cultural, political and economic changes experienced by society. The current family model is quite broad, no longer consisting only of the bonds of marriage, but rather of bonds of affection among its members. Thus, the purpose of this paper is to demonstrate the lacuna and omission of the legislator in the 1988 Constitution to frame the homoafetive union in the new reality of the family, also examining the constitutional aspects that allow such framing. In addition, there are doctrinal and jurisprudential positions that seek to conclude that there is no reason to stop qualifying homoafetive unions as family entities, deserving of state protection and equating heterosexuals in social security law. For the development of this article the institute of the stable union was first studied, and mainly it was shown main aspects about the homoafetive stable union, and in the last chapter the homoafetive union and the social security benefits were analyzed - considering that the union homoafetiva, due to Arguição of Non-Compliance with Basic Precept 132 and the Direct Action of Unconstitutionality 4277, was equated with the stable union. The work is concluded with the final considerations, highlighting some conclusive points such as: in Brazil, several rights are being guaranteed to the members of homoafetivas unions, and the Social Security Law, fulfills its constitutional mission by including among the beneficiaries and dependents the members of these unions, in accordance with the principle of the dignity of the human person and the values of the constitutional order, granting them the same rights as the other insured persons and dependents of Social Security.

Keywords: Stable Marriage. Homosexuality. Stable Homoafetive Union. Social Security Benefits.

INTRODUÇÃO

O objetivo essencial deste artigo é dissertar acerca das uniões homoafetivas com ênfase na possibilidade do recebimento dos benefícios previdenciários dos companheiros homoafetivos.

A homoafetividade é conhecida há vários tempos, existem relações desse tipo durante todo o surgimento da sociedade. O que se está a referir é que o relacionamento homoafetivo não é um efeito do mundo moderno, mas sim, reflexo da evolução da sociedade no que diz respeito à liberdade individual.

Este trabalho não tem como pretensão questionar os fundamentos morais, religiosos ou sociológicos da existência da união homoafetiva, mas sim analisar as referidas uniões, no contexto de direito perante o instituto da Previdência Social com fins de obtenção de benefícios previdenciários.

Para o desenvolvimento do artigo, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, com uma abordagem de pesquisa teórica utilizando-se do método dedutivo, com utilização do procedimento dogmático jurídico e o técnico consiste no manuseio de obras bibliográficas.

Inicialmente será conceituado o instituto da união estável, delimitando-se acerca da união estável homoafetiva, com seus principais aspectos e normas legais existentes.

No segundo momento o reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal e por ultimo, trata-se do ponto central deste artigo, a união homoafetiva e os benefícios previdenciários, demonstrando que antes mesmo da união de casais do mesmo sexo ser reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, os tribunais inferiores já reconheciam estes benefícios aos companheiros ou companheiras homoafetivos, finalizando este trabalho com as considerações finais.

1. UNIÃO ESTÁVEL

Neste capítulo trataremos do instituto da união estável e da união estável homossexual, trataremos de assuntos específicos que serão úteis para compreensão do tema em questão.

1.1. Definições

O instituto da união estável é aquela onde ocorre uma convivência onde não há o adultério e nem mesmo o incesto, duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, não havendo o casamento, coabitando como se casados fossem, sob o mesmo teto ou não, constituindo, assim, sua família de fato¹. Necessário se faz observar que, para assim se caracterizar, não pode ocorrer impedimentos à realização do casamento, os previstos no artigo 1.521 do Código Civil, não se aplicando, entretanto, a incidência do inciso VI do referido *códex*, no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

Em relação aos requisitos que caracterizam a união estável, o entendimento atual é que a convivência conforme o casamento não é necessária, este também é o entendimento do Supremo Tribunal Federal nos termos da Súmula 382².

O termo união estável é considerado mais como uma melhor maneira de se dizer o antigo concubinato, do que uma verdadeira definição a respeito da convivência heterossexual sem casamento. Assim sendo, a palavra concubinato, apesar de se tentar mencioná-la sem preconceitos, esta soava como algo pejorativo.

Assim, o jurista Jorge Shiguemitsu Fujita³, conceituando a união estável como sendo “a união entre pessoas de sexo diferente, que, sem haverem celebrado casamento, vivem como se casadas fossem, de forma contínua e duradoura”, fortalece a tese de que, neste tipo de união o que importa, para sua caracterização, é a intenção dos conviventes de, efetivamente, constituírem uma família.

¹AZEVEDO, Álvaro Villaça. União Estável. artigo publicado na **Revista do Advogado** n° 58, AASP, São Paulo, março/2000. p. 36.

²STF - Súmula 382 – “A vida em comum sob o mesmo teto, *more uxorio*, não é indispensável à caracterização do concubinato”.

³FUJITA, Jorge Shiguemitsu. **Curso de Direito Civil Direito de Família**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003. p. 136.

1.2. União Estável homoafetiva

A relação amorosa duradoura entre pessoas do mesmo sexo é a chamada união homoafetiva. No aspecto jurídico é um vínculo afetivo e familiar, informal em comparação com o casamento e diferente da união estável em relação à identidade de sexos⁴.

No aspecto sociológico, esta relação não é aceita plenamente na sociedade e não possui desdobramentos definidos no ordenamento jurídico, na doutrina ou pela jurisprudência. Necessita de pesquisas profundas, discussões científicas, particularmente antropológicas e decisões políticas.

Inexiste definição legal de união homoafetiva. Sem prejuízo do que dispõem as Leis nº 8.971/94 e 9.278/96 nem mesmo um conceito pode ser encontrado na lei. A construção jurídica fica por conta dos doutrinadores, restando bastante assentada, excetuado no que diz respeito à dependência econômica, o tempo mínimo de duração da relação e as provas convincentes. E, ainda, a respeito de aspectos trabalhistas, comerciais, civis e penais.

1.2.1. Considerações gerais

A identidade existente entre o casamento civil, o religioso e a união estável e certas particularidades da união de pessoas do mesmo sexo, conclui que essas instituições sociais são espécies de um mesmo gênero – a convivência familiar, da qual resulta de uma comunhão de seres com finalidades afetivas, assistência mútua e com o objetivo de alcançar o bem-estar.

A união homoafetiva diverge da heterossexual; sem o obstáculo de um dos seus membros eventualmente terem concebido filhos em uma relação anterior, esse parceiro poderá constituir uma família, ainda que com filhos não consangüíneos. Nada opõe que mulheres unidas tenham filhos através de inseminação artificial ou que estas adotem, guardem ou tutelem crianças.

⁴MARTINEZ, Wladimir Novaes. Provas da união estável homoafetiva. **Revista Síntese Direito de Família**, v. 13, n. 1, jul. 1999, p. 20-62.

Conclui-se que, basicamente, a união homoafetiva é uma comunhão convencional de duas pessoas do mesmo sexo, que tem por objetivo uma vida familiar em comum – necessário se faz lembrar que a família *stricto sensu* (pais e filhos) é um insistente desejo dos idealizadores, que terá de abrigar a modalidade *lato sensu* (pai e mãe ou irmãos vivendo juntos) -, presente o *animus* de mútua assistência, respeito e constância da relação. Não exige a conjunção carnal nem mesmo manifestações românticas externas, mas, no mínimo, o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes da efetividade dessa convenção de vontades. Em algum caso raro, particularmente de pessoas idosas, apenas de serem companheiros, compartilhando atenções mútuas nos últimos anos de vida.

Concordando que a teoria da instituição não destitui as afetações de contrato, pode-se ter a união homoafetiva como instituição convencional enquadrada no Direito de Família.

Não é válida somente no Direito econômico, em uma parceria civil, muito menos uma sociedade de fato, embora possua certas características dessas duas ideias, utilizadas também pelo casamento e a união estável.

As pessoas do mesmo sexo que vivem juntos não possuem direito de receber qualquer indenização por serviços prestados. Em cada caso terão direito a dano moral, pensão alimentícia, pensão por morte ou auxílio-reclusão, mas essa união não é um contrato de trabalho doméstico.

1.2.2. *Características básicas, pressupostos gerais e meios de prova*

A união homoafetiva, diferente das outras relações humanas, possui suas próprias características, algumas das quais tendentes a sofrer alterações futuras em virtude da aceitação por parte da sociedade.

Podemos assim elencar suas características básicas:

a) Identidade sexual: apenas homossexuais fazem parte desse tipo específico de união humana.

Transexuais, depois de realizarem a cirurgia de transgenitalização, mudam fisiológica, psicológica e hormonalmente de sexo. Adotado o novo sexo, nessas condições, no comum dos casos, se vierem a se unir, serão considerados como heterossexuais. Evidente, por exemplo, se

alguém do sexo masculino tornar-se do sexo feminino e se unir a uma mulher, o que se terá é união homoafetiva.

b) Convivência *more uxório*: analisando o aspecto pessoal, social e juridicamente, a união homoafetiva refere-se a duas pessoas convivendo juntas. Amado-se ou não, mas se respeitando e se ajudando, o que é útil para os indivíduos e para a sociedade.

c) Mútua assistência: a *affectio societatis* é essencial para que a união homoafetiva possa ser reconhecida, juridicamente presume-se a dependência econômica.

d) Constância no tempo: é preciso que haja alguma permanência, sendo que não existe positivado o tempo que deve durar essa união de pessoas, mas deve-se estar demonstrado as intenções.

e) Objetivo familiar: a ideia é que a família seja constituída, que se reduziria somente aos dos conviventes ou agregar filhos próprios de cada um dos dois ou terceiros, além de outros parentes.

f) Alguma publicidade: esta última característica, é o requisito exigido na união estável e de certa maneira presumido no casamento, espera-se que seja de domínio público o fato alegado, embora reconhecida sobrevenha enorme constrangimento por parte dos dois pólos da relação e deva ser apreciada historicamente⁵.

Já, analisando os pressupostos gerais da união homoafetiva, para que esta seja reconhecida na sociedade, bem como produza os efeitos dentro e fora da Previdência Social, é necessário que, em virtude de sua existência ou do evento *post mortem*, o indivíduo que possua o interesse, deve convencer o órgão gestor de alguns requisitos, quais sejam: a) identidade sexual; b) capacidade jurídica; c) convivência *more uxório*; d) publicidade ainda que esmaecida; e e) certa constância.

Apesar de atos normativos internos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS tenham determinado a dependência econômica, ela não pode ser exigida, devendo ser presumida, mesmo porque, com o seu reconhecimento público, a união homoafetiva coloca os seus membros como dependentes preferenciais, ao lado do casamento e da união estável.

A união homoafetiva antes mesmo de ser um instituto técnico previdenciário, é matéria do Direito de Família. Por conta disso, aquele que aplica a norma, além do artigo 226, §3º da

⁵MARTINEZ, Wladimir Novaes. Provas da união estável homoafetiva. **Revista Síntese Direito de Família**, v. 13, n. 1, jul. 1999, p. 20-62.

Constituição, deve observar os artigos 1.723 a 1.727 do Código Civil, realizando as devidas adaptações.

Por fim, analisando os meios de prova, podemos classificá-los como:

I – Comerciais:

a) Presença no contrato social como sócio gerente ou cotista em sociedade limitada criada pelos conviventes (Decreto nº 3.708/1919);

b) Abertura de crediário em lojas comerciais;

c) Ser avalista do parceiro.

II – Cíveis:

a) Atestado de óbito em que conste o convivente sobrevivente como testemunha;

b) Documento outorgando procuração de um para o outro membro da relação;

c) Designação testamentária da pessoa como herdeira;

d) Certidão relativa à adoção de filhos;

e) Pagamento de pensão alimentícia de fato;

f) Sentença condenatória de pensão alimentícia;

g) Usufruto de bem com caráter de alimentos;

h) Prova de rendimento para fins de financiamento;

i) Contrato de aluguel em conjunto;

j) Compromisso de venda e compra, documento particular ou público, de cessão de bem móvel ou imóvel mediante escritura pública;

k) Declaração escrita ou gravada deixada pelo segurado.

III – Previdenciários:

a) Justificação administrativa;

b) Designação em uma APS do INSS;

c) Inscrição como beneficiário da Geap;

d) Designação como dependente em uma EFPC ou EAPC;

e) Deferimento de auxílio-reclusão;

f) Alvará para levantar saldo de benefício no INSS.

IV – Securitários:

a) Seguro de vida em nome do membro supérstite.

V – Sociais:

- a) Ser sócio do mesmo clube ou associação de qualquer natureza;
- b) Declaração firmada por vizinhos, zeladores ou porteiros de prédios;
- c) Participação conjunta em congressos e outros eventos científicos.

VI – Trabalhistas:

- a) Registro como empresário, contribuinte individual, empregado ou temporário em empresa do falecido;
- b) Ficha de inscrição em sindicatos;
- c) Ficha do PIS/Pasep;
- d) Ficha do salário-maternidade;
- e) Ficha do salário-família;
- f) Designação em CTPS, FRE ou FRE;
- g) Autorização para levantar FGTS ou PIS/Pasep.

VII – Tributários:

- a) Declaração como dependente para fins do Imposto de Renda.

VIII – Assistência à saúde:

- a) Designação em plano de saúde;
- b) Declaração firmada pelo hospital de quem promoveu a internação, custeou as despesas, etc.;
- c) Anotação em ficha de tratamento médico em que o dependente comparece como responsável pelo atendido;
- d) Atestado médico do falecimento.

IX – Pessoais:

- a) Cartas familiares ou de amor trocadas entre os membros;
- b) Menção da pessoa constante em dedicatórias de livros;
- c) Menção escrita em homenagem;
- d) Prova de endereço comum;
- e) Notas fiscais do sepultamento;
- f) Bilhete de passagem adquirido em comum;
- g) Ficha de Registro de hotéis, resorts, colônia de férias, etc.;
- h) Gravação, imagem, fotografias em que apareçam juntos;
- i) Declaração para efeito de seguro de automóvel;

j) Assunção de encargo doméstico;

k) Declaração firmada pelo condomínio vertical e horizontal ou loteamento.

X – Penais:

a) Boletim de ocorrência policial;

b) Declaração oficial de estabelecimento penal relativo à visita íntima.

XI – Bancários:

a) Conta corrente conjunta;

b) Empréstimos conjuntos.

XII – Habitacionais:

a) Declaração junto ao BNH ou agente financeiro.

XIII – Cartoriais:

a) Registro civil em cartório de notas, declaração das partes de que vivem ou viverão juntos;

b) Escritura pública;

c) Certidão privada, emitida pelo Grupo Gay da Bahia a partir de seu livro de registro.

XIV – Judiciais:

a) Sentença em ação judicial;

b) Justificação judicial.

XV – Testemunhas:

Depoimento testemunhal de vizinhos, colegas de serviço e demais pessoas tem validade, principalmente, quando os depoentes conviveram com os unidos por largo tempo²².

Assim, estes são os meios de provas hábeis para a comprovação da união estável.

2. O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal, reconheceu às uniões de pessoas do mesmo sexo, o status de entidade familiar, ampliando a estas relações a mesma proteção atribuída à união estável prevista no artigo 226, §3º da Magna Carta, e no artigo 1.723 do Código Civil.

O julgamento decretado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277, direitos fundamentais até então não concedidos aos casais homoafetivos foram-lhe estendidos, fundamentado nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da liberdade, da intimidade e privacidade, privilegiando como consequência a proteção contra quaisquer tipos de discriminação.

Deste modo, a manifestação do Tribunal Superior Federal serviu como resposta à indolência do Poder Legislativo em regular, através dos projetos de lei que há tempo estão paralisados em suas pastas, a marginalidade sob a qual os casais homoafetivos e toda a comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros se encontravam frente à base jurídica fundamental conferida, distintamente, às uniões de pessoas do mesmo sexo.

Ciente dos argumentos contrários, no sentido de que o Superior Tribunal de Justiça estaria ultrapassando a divisão de poderes ao prover a lacuna deixada pela lei civil, como se legislando estivesse, a própria função e competência conferidas pelo constituinte ao Tribunal Superior já atribui indiscutível eficácia à referida decisão, segundo, inclusive, a Emenda Constitucional nº 45/2004, que alterou o § 2º do artigo 102 da Constituição Federal.

A eficácia do julgamento mencionado é *erga omnes* e diante de todas as instâncias do Poder Judiciário e da Administração Pública direta e indireta.

Neste sentido, o casal homoafetivo poderá registrar sua união, como estável, desde que estejam presentes os requisitos que configuram a união estável, ou seja: a união deve ser pública, contínua, duradoura e com a intenção de constituir família.

Em relação ao contrato de convivência não existe uma forma a ser exigida, basta apenas que as partes possuam capacidade e a manifestação livre das vontades, permitindo tanto um contrato particular como por escritura pública, registrado perante um cartório de registro civil ou de notas, com a apresentação de documentos pessoais, como RG, CPF e certidão de nascimento, além de comprovante de residência. São necessárias, ainda, duas testemunhas para atestar a existência de estabilidade e publicidade na união.

As cláusulas deste contrato podem versar sobre todos os assuntos referentes a direitos disponíveis, até mesmo sendo permitido aos conviventes que estabeleçam outra espécie de regime de bens que não o da comunhão parcial. No silêncio, contudo, será aplicado este regime, por expressa previsão em lei.

Para que se faça prova da união estável diante de qualquer órgão do qual se requeira algum direito ou perante o qual tenha o casal algum dever advindo da união é indispensável o registro, produzindo, conseqüentemente, efeitos perante terceiros.

Em relação a adoção por casais homoafetivos, a jurisprudência, antes mesmo da discussão no STF, já estava deferindo adoções conjuntas a casais homossexuais, estando presentes os requisitos do artigo 42, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Quanto às discussões previdenciárias, não existe nenhum obstáculo à concessão dos respectivos benefícios, já que a Advocacia-Geral da União, no dia 04/06/10, reconheceu antes mesmo do julgamento do STF, que a união homoafetiva estável dá direito ao recebimento de benefícios previdenciários, seguindo, dessa forma, a linha do entendimento de tribunais, como os dos estados de MG e RS, e do próprio STJ, que já se conduziam pelo deferimento da união estável e de seus efeitos às relações entre conviventes do mesmo sexo⁶.

Realmente, desde o ano de 2011, através da Portaria 513/10, o Ministério da Previdência tem confirmado o direito de companheiros homossexuais à pensão como descendentes preferenciais – mesma condição de cônjuges e filhos menores ou incapazes.

Assim sendo, passaremos no próximo capítulo a analisar, efetivamente o direito dos casais homoafetivos ao recebimento dos benefícios previdenciários.

3. UNIÃO HOMOAFETIVA E OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Refletindo as mudanças ocorridas na sociedade, o direito previdenciário às vezes recua e habitualmente avança; regride ou evolui por comparação com o *status* anterior, geralmente acolhendo e pesquisando fatos individuais ou sociais emergentes, disciplinando-os.

3.1. Pressupostos legais, qualidade de segurado e de dependente

A regra matriz jurídica da seguridade social assevera que os beneficiários fazem jus às prestações previdenciárias assim que preenchem os requisitos estabelecidos na lei.

⁶BRASIL. Assessoria de Imprensa. **União homoafetiva é reconhecida pela AGU**. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2220803/uniao-homoafetiva-e-reconhecida-pela-agu>>. Acesso em: 06/10/2017.

De regra, os três principais requisitos são: a) qualidade de segurado; b) período de carência; e c) evento determinante.

No que diz respeito à pensão por morte (e ao auxílio-reclusão) apenas a primeira exigência causa questionamentos técnicos ou jurídicos, desdobrando-se em qualidade do segurado e dos dependentes.

Tem-se assentado que perecida a qualidade de segurado do *de cujus* desaparece automaticamente a qualidade dos seus dependentes.

Uma vez que se impõe a presença de pessoas com possível direito, pode ser considerada também como pressuposto legal, a perícia médica dos inválidos. E aspectos formais como a demonstração da idade, declaração sobre a não emancipação, prova da dependência econômica quando exigida, comprovação da ausência ou desaparecimento, o vínculo parental, e aspectos formais como o requerimento.

A qualidade de segurado é o primeiro requisito básico definidor do direito à pensão por morte. Em princípio, quem não detiver esse *status* jurídico previdenciário fica sem poder outorgar o benefício àqueles que dele dependiam..

Em virtude de esse estado jurídico se subordinar ao do segurado, tal *status* é condicional. Desaparecendo o atributo de segurado, quem era dependente deixa de sê-lo. Podendo, em seguida, depois do óbito, tornar-se um pensionista.

3.2. Benefícios previdenciários inerentes aos casais homoafetivos

Foi confirmada, por unanimidade de decisões, pela Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a sentença que impeliu o Instituto Nacional do Seguro Social a considerar os companheiros ou companheiras homossexuais como dependentes preferenciais dos segurados ou seguradas do Regime Geral de Previdência Social.

Referida decisão tem abrangência em todo o Brasil e faz com que o INSS dê aos casais que vivem em união estável homoafetiva tratamento igual ao que é oferecido aos casais heterossexuais, estabelecendo exigências exatamente iguais para todos nos casos de concessão de benefícios previdenciários.

O Ministério Público Federal interpôs uma Ação Civil pública (Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0), na 3ª Vara Federal Previdenciária de Porto Alegre, com o objetivo de

assegurar o direito de acesso dos casais do mesmo sexo aos previdenciários advindos do falecimento ou da prisão de seus companheiros, especificamente pensão por morte e auxílio-reclusão. Após o início da tramitação, a organização não-governamental Nuances passou a atuar no processo ao lado do MPF.

A juíza substituta, Simone Barbisan Fortes, em dezembro de 2011, obrigou o INSS a considerar a companheira ou companheiro homossexual como dependente preferencial dos segurados da Previdência Social. Não satisfeito com tal imposição o INSS interpôs o recurso de apelação ao TRF em 2002, sendo que referido processo foi julgado pela 6ª Turma. O Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira, relator do caso em tela, entendeu que a decisão dever ser mantida.

A decisão judicial confirmada pelo Tribunal Regional Federal, com abrangência nacional determinou que o INSS passasse a:

a) considerar o companheiro ou companheira homossexual como dependente preferencial dos segurados (as) do Regime Geral de Previdência Social (art. 16, I, da Lei 8.213/91);

b) possibilitar a inscrição de companheiro ou companheira homossexual, como dependente, no próprio INSS, a ser feita pelo segurado (a) empregado (a) ou trabalhador (a) avulso (a);

c) possibilitar que a inscrição de companheiro ou companheira seja feita *post mortem* do segurado (a), diretamente pelo dependente, em conformidade com o art. 23, I, do Decreto 3.048/99;

d) passar a processar e deferir os pedidos de pensão por morte e auxílio-reclusão realizados por companheiros (as) do mesmo sexo, desde que cumpridos pelos requerentes, no que couberem, os requisitos exigidos dos companheiros heterossexuais (arts. 74 a 80 da Lei 8.213/91), sem exigir nenhuma prova de dependência econômica;

e) possibilitar a comprovação da união entre companheiros (as) homossexuais pela apresentação dos documentos elencados no art. 22, § 3º, incisos III a XV e XVII do Decreto n.º 3.048/99, bem como por meio de justificativa administrativa (art. 142 a 151 do mesmo Decreto), sem exigir qualquer prova de dependência econômica.

Esta ação originou-se de uma denúncia realizada pela organização não-governamental Nuances, em 24 de setembro de 1999, diante o Ministério Público Federal em Porto Alegre,

aduzindo que o INSS violava direitos humanos, a igualdade e a livre expressão sexual ao denegar administrativamente pedidos de pensão previdenciária para companheiros homoafetivos⁷.

Para a concessão do benefício, conforme foi determinado na decisão judicial, basta que comprovem a vida em comum. Referida orientação foi expressamente inserida no §4º do artigo 52 da Instrução Normativa nº 25/2000: “Para o (a) companheiro (a) homossexual, deve ser exigida apenas a comprovação de vida em comum, conforme disposto na Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0”.

Neste sentido, não é preciso que seja comprovada a dependência econômica do companheiro, não importando para que o benefício seja concedido se o beneficiário tem ou não condições econômicas de se manter sem a renda auferida pelo companheiro. Esse também é o entendimento aplicável aos companheiros de sexos opostos.

O reconhecimento de uniões homoafetivas requer o mesmo tratamento dado às uniões estáveis de casais heterossexuais. Porém, nas uniões homoafetivas, nota-se diversas dificuldades em se comprovar a vida em comum, como pretendo o artigo 25 da IN nº 45/2010, devido ao preconceito de uma nossa sociedade dita contemporânea, muitas uniões homoafetivas não se mostram públicas como acontece na união estável e, naturalmente, no matrimônio, em especial aquelas em que não houve a formalização do ato.

⁷MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. **Ação para compelir o NSS a considerar o companheiro homossexual como possível dependente frente a LOAS**. Disponível em: <http://www.prrs.mpf.gov.br/home/bancodocs/acp/1997-2000/homossexuais_previdencia.doc/view>. Acesso em: 06/10/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das relações jurídico-sociais, a relação homossexual significa a união entre pessoas do mesmo sexo; sendo também denominada “união homoafetiva”, tendo em vista o histórico preconceito em torno das formas de orientação sexual diversas da heterossexual.

Apesar do Brasil ser um Estado laico, este foi marcado pela grande influência histórica de grupos conservadores que elaboraram o Direito e pela presença religiosa nas principais questões político-jurídicas do País. Dentre desta cultura, o legislador constituinte ao versar sobre a proteção da família, no artigo 226 da Magna Carta, reconheceu expressamente o casamento civil e a união estável entre homem e mulher, não mencionando a respeito das uniões de pessoas do mesmo sexo.

As uniões homoafetivas vêm se consolidando no mundo atual, e principalmente no Brasil, haja vista que, recentemente reconheceram-se as uniões estáveis homoafetivas pelo Supremo Tribunal Federal após vários anos de tramitação no Congresso de projetos de Leis que regulavam o silêncio do legislador na Constituição Federal no que concerne a matéria em questão.

A manifestação do Supremo Tribunal Federal, veio por fim em tantas discussões no judiciário através de uma emenda constitucional que revogasse o artigo 226 § 3º e desse outro texto constitucional, incluindo as relações homoafetivas nas uniões estáveis

Sendo assim, podemos concluir que, no Brasil, vários direitos estão sendo assegurados aos membros das uniões homoafetivas, sendo que o Direito Previdenciário, orientado por princípios, institutos, regras e finalidades próprias, atende à sua missão constitucional ao incluir entre os beneficiários e dependentes os casais do mesmo sexo, em conformidade com o princípio da dignidade da pessoa humana e os valores de ordem constitucional, concedendo-lhes os mesmos direitos que os demais segurados e dependentes da Previdência Social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Álvaro Villaça. União Estável. IN: **Revista do Advogado** n° 58, AASP, São Paulo. março/2000, p. 20-60.

BRASIL. Assessoria de Imprensa. **União homoafetiva é reconhecida pela AGU**. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2220803/uniao-homoafetiva-e-reconhecida-pela-agu>>. Acesso em: 06/10/2017.

FUJITA, Jorge Shiguemitsu. **Curso de Direito Civil Direito de Família**. 2 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Provas da união estável homoafetiva. **Revista Síntese Direito de Família**, v. 13, n. 1, jul. 1999, p. 20-62.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. **Ação para compelir o INSS a considerar o companheiro homossexual como possível dependente frente a LOAS**. Disponível em: <http://www.prrs.mpf.gov.br/home/bancodocs/acp/1997-2000/homossexuais_previdencia.doc/view>. Acesso em: 06/10/2017.